

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,
Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

• Receita com operações de assistência à saúde
Os prêmios da Operadora totalizaram em 2025 R\$ 8.171,5 milhões, um aumento de R\$ 1.772,6 milhões ou 27,7% em relação ao exercício anterior.

• Despesas administrativas
Em 2025, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 5,5%, um aumento de 0,06 ponto percentual em relação exercício anterior. A Operadora tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional.

• Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou em 2025 R\$ 286,1 milhões, um aumento de R\$ 156,7 milhões, ou 121,1% em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre principalmente pela rentabilidade sobre as aplicações financeiras classificadas para negociação.

• Índice combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais com planos de assistência à saúde sobre prêmios ganhos), em 2025 foi de 90,5%, uma diminuição de (1,78) ponto percentual em relação ao exercício anterior. Esta variação decorre principalmente de uma diminuição de (1,37) pontos percentuais no índice de sinistralidade.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2025 foi de 87,4%, uma diminuição de (3,02) ponto percentual em relação ao exercício anterior, também justificado pela redução da sinistralidade.

• Resultado líquido e por ação
Em 2025, o resultado líquido totalizou, R\$ 705,0 milhões, registrando um aumento de R\$ 356,0 milhões ou 102,0% em relação ao exercício anterior.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios
Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera
Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025							
(Em milhares de reais)							
Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		2.365.904	1.408.472	Circulante		2.147.134	1.585.196
Disponível	7	392.097	293.798	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16	1.736.253	1.329.133
Realizável		1.973.807	1.114.674	Provisão de prêmios/contraprestações		281.710	239.692
Aplicações financeiras	8	1.185.316	724.507	Provisão de contraprestação/prêmio não ganho - PPCNG		278.564	236.504
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		1.067.665	463.645	Provisão para remissão		3.146	3.188
Aplicações livres		117.651	260.862	Provisão de eventos a liquidar para SUS		2.225	1.895
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		82.777	94.480	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	643.239	538.665	
Contraprestação pecuniária/prêmio a receber	9.1	71.108	86.263	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)	809.079	548.881	
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		10.203	6.473	Débitos de operações de assistência à saúde	70.964	26.477	
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.466	1.744	Prêmios a restituir	205	363	
Despesas diferidas	10	360.359	166.570	Receita antecipada de contraprestações/prêmios	29.263	12.020	
Créditos tributários e previdenciários	12.1	126.711	2.270	Comercialização sobre operações	41.496	14.094	
Bens e títulos a receber	11	217.255	125.181	Provisões	—	19.541	
Despesas antecipadas		1.389	1.666	Provisão para IR e CSLL	—	19.541	
Não circulante		2.322.232	2.138.028	Tributos e encargos sociais a recolher	103.785	47.055	
Realizável a longo prazo		1.713.764	1.554.484	Débitos diversos	17	236.132	162.990
Aplicações financeiras	8	602.240	633.184	Não circulante		302.934	277.926
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		602.240	633.184	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	16	5.373	3.861
Créditos tributários e previdenciários	12.1	162.354	160.795	Provisão para remissão		5.373	3.568
Despesas diferidas	10	704.296	532.645	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		—	293
Depósitos judiciais e fiscais	13	243.538	227.279	Provisões	289.754	268.421	
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo		1.336	585	Provisões para tributos diferidos	12.2.3	27.910	20.967
Imobilizado	14	528.311	515.135	Provisões para ações judiciais	18.1	261.844	247.454
Imóveis de uso próprio		528.200	515.130	Débitos diversos	17	7.807	5.644
Imóveis - não hospitalares		528.200	515.130	Patrimônio líquido		2.238.068	1.683.374
Imobilizado de uso próprio		111	185	Capital social	19 (a)	1.514.243	1.282.243
Imobilizado - hospitalares		111	185	Reservas		725.050	401.435
Intangível	15	80.157	68.221	Reservas de lucros	19 (b)	725.050	401.435
				Ajustes de avaliação patrimonial		(1.225)	(304)
Total do ativo		4.688.136	3.546.496	Total do passivo e patrimônio líquido		4.688.136	3.546.496

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.041.753	129.736	(928)	—	1.170.561
Aumento de capital		240.490	—	—	—	240.490
Reconhecimento pagamento em ações		—	13.574	—	—	13.574
Ações alienadas		—	(7.728)	—	—	(7.728)
Ganhos e perdas atuariais		—	—	624	—	624
Resultado líquido do exercício		—	—	—	348.660	348.660
Destinação do lucro:						
Reserva legal		—	17.433	—	(17.433)	—
Reservas estatutárias		—	248.420	—	(248.420)	—
Dividendos mínimos obrigatórios		—	—	—	(82.807)	(82.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.282.243	401.435	(304)	—	1.683.374
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	19 (c)	—	(25.000)	—	—	(25.000)
JCP intermediários - exercícios anteriores	19 (c)	—	(166.987)	—	—	(166.987)
Aumento de capital	19 (a)	232.000	—	—	—	232.000
Reconhecimento pagamento em ações		—	18.834	—	—	18.834
Ações alienadas		—	(15.346)	—	—	(15.346)
Ganhos e perdas atuariais		—	—	(921)	—	(921)
Resultado líquido do exercício		—	—	—	705.125	705.125
Destinação do lucro:						
Reserva legal	19 (b) (i)	—	35.256	—	(35.256)	—
Reservas estatutárias	19 (b) (ii)	—	476.858	—	(476.858)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	19 (c)	—	—	—	(50.000)	(50.000)
JCP intercalares (3,84 por ação)	19 (c)	—	—	—	(143.011)	(143.011)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.514.243	725.050	(1.225)	—	2.238.068

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 12 de junho de 2001, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740, Torre B, 8º andar, Campos Elíseos, São Paulo - SP, com o objetivo de atuar como seguradora especializada em seguro saúde. A Operadora foi autorizada a operar pela Resolução - RE nº 2, da Agência Nacional de Seguro Suplementar (ANS), de 4 de julho de 2001.

A Operadora é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

Inserida na vertical de saúde, a Operadora é uma controlada indireta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo plano de contas

instituído pela Resolução Normativa da ANS nº 528/2022 e alterações posteriores, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela ANS.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Operadora.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Operadora são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Operadora opera.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global. No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		8.078.001	6.327.971
Receitas com operações de assistência à saúde		8.171.450	6.398.825
Prêmios retidos	20	8.173.214	6.396.901
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(1.764)	1.924
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(93.449)	(70.854)
Sinistros retidos		(6.130.975)	(4.889.691)
Sinistros conhecidos ou avisados	21	(5.870.776)	(4.715.192)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		(260.199)	(174.499)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		1.947.026	1.438.280
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		3.806	4.793
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		(138.777)	(94.393)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(112.563)	(81.757)
Provisão para perdas sobre créditos		(26.214)	(12.635)
Resultado bruto		1.812.055	1.348.681
Despesa de comercialização		(598.967)	(514.371)
Despesa administrativa	22	(442.090)	(342.772)
Resultado financeiro líquido	23	286.054	129.379
Receitas financeiras		320.686	155.592
Despesas financeiras		(34.632)	(26.213)
Resultado patrimonial		5.728	7.979
Receitas patrimoniais		5.728	7.979
Resultado antes dos impostos e participações		1.062.780	628.896
Imposto de renda	12.3	(140.923)	(138.840)
Contribuição social	12.3	(93.563)	(82.049)
Impostos diferidos	12.3	(24.300)	(7.347)
Participações sobre o lucro		(98.869)	(52.000)
Resultado líquido do exercício		705.125	348.660
Quantidade de ações	26	37.199	32.220
Resultado líquido por ação básico e diluído ..	26	18,9555	10,8212

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado do exercício	705.125	348.660
Outros resultados abrangentes	(921)	624
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ganhos e perdas atuariais	(1.535)	1.041
Efeitos tributários	614	(417)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	704.204	349.284

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Atividades operacionais		
(+) Recebimentos de plano de saúde	8.302.103	6.546.216
(+) Resgates de aplicações financeiras	3.533.025	2.555.633
(-) Pagamentos a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(5.701.131)	(4.590.709)
(-) Pagamentos de comissões	(889.116)	(709.006)
(-) Pagamentos de pessoal	(124.449)	(108.112)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros	(82.403)	(66.407)
(-) Pagamentos de tributos	(769.184)	(491.169)
(-) Pagamentos de promoção/publicidade	(14)	(26)
(-) Aplicações financeiras	(3.805.680)	(2.927.122)
(-) Outros pagamentos operacionais	(233.308)	(422.168)
Caixa líquido das atividades operacionais	229.843	(212.870)
Atividades de investimentos		
(+) Recebimentos de venda de ativo imobilizado - outros	9.231	—
(+) Outros recebimentos das atividades de investimentos ..	1.302.922	269.445
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros ..	(16.432)	—
(-) Pagamentos relativos ao ativo intangível	(8.079)	(6.978)
(-) Outros pagamentos das atividades de investimentos	(1.204.167)	(41.123)
Caixa líquido das atividades de investimentos	83.475	221.344
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	102.000	240.490
(+/-) Recebimento/pagamentos das atividades de financiamento	(317.019)	20.769
Caixa líquido das atividades de financiamento	(215.019)	261.259
Variação de caixa e equivalente de caixa	98.299	269.793
Caixa - saldo inicial	293.798	24.065
Caixa - saldo final	392.097	293.798
Ativos livres no início do exercício	554.660	95.090
Ativos livres no final do exercício	509.748	554.660
Aumento/(redução) nas aplicações financeiras - recursos livres	(44.912)	459.570

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela ANS e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia Operadora. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela ANS.

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Operadora determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, contraprestações a receber de segurados, títulos e créditos a receber que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Operadora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.2 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS “IMPAIRMENT”

3.2.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável.

Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Operadora somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda com consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Operadora utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco). Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da ANS.

3.3 DESPESAS DIFERIDAS

As comissões sobre contraprestações/prêmios retidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo médio de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.4 ATIVOS IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Operadora. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

3.5 CONTRATOS DE SEGUROS E PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E ODONTOLÓGICA

A Operadora emite contratos de seguros-saúde que transferem riscos significativos de seguro. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações da ANS, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais de Provisão (NTAPs), salvo as provisões que seguem as regras básicas dispostas na Resolução Normativa nº 574/2023 da ANS, descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (PPCNG) é calculada "pro rata" dia, com base nas contraprestações/prêmios retidos tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão para remissão é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão, onde no falecimento do segurado titular há a manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de contraprestações/prêmios, e é calculada com base no valor presente das despesas esperadas.

(c) A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL) é constituída com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação de processo judicial, quer por apresentação da conta médica ou odontológica, quer pelo aviso do prestador do atendimento ao segurado.

(d) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Operadora até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora.

(e) A Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas de referentes aos contratos vigentes, somadas a provisão de prêmios/contraprestações não ganhos, forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde.

3.6 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Operadora elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 574/2023. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos. O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), despesas incrementais e de liquidação, resseguro, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Operadora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes. Esse teste é elaborado para a modalidade coletiva empresarial, segregando entre os segmentos de assistência médica e odontológica.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), de acordo com a metodologia vigente. Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 75,6%.

Os resultados do TAP são comparados com os saldos das provisões correspondentes, tendo o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas constituídas e mensurar eventuais necessidades de regularização desses saldos nos moldes da legislação vigente.

Os cálculos da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC) são efetuados mensalmente, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 574/23, mas não há valor a ser constituído, uma vez que o valor do fator de insuficiência de contraprestações/prêmios (FIC) é zero, isto é, não há insuficiência de prêmios.

3.7 PROVISÕES JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.8 RECONHECIMENTO DE RECEITA

3.8.1 CONTRAPRESTAÇÃO/PRÊMIO DE SEGURO

As receitas de contraprestação/prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPCNG (vide nota explicativa nº 3.5(a)).

3.8.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros.

3.9 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

3.10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) da realização dos tributos diferidos;
- (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- (v) das provisões técnicas.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 AVALIAÇÃO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da

melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Operadora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo contraprestações a receber. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.1.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Operadora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Operadora, dados os negócios que atua, está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Operadora adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Operadora para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o apetite ao risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quando comparado com o exercício anterior 31 de dezembro de 2024, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Operadora não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Para o gerenciamento deste risco a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

(a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Operadora possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 100,0% (100,0% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) **Inadimplência nas contraprestações/prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento das contraprestações dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Operadora, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Operadora possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Operadora está exposta (i):

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento.....	429.762	12.087
Fluxo de 1 a 30 dias	834.220	170.263
Fluxo de 2 a 6 meses	21.492	1.322.144
Fluxo de 7 a 12 meses	262.418	108.106
Fluxo acima de 1 ano	1.552.804	92.569
	3.100.696	1.705.169
		2.711.522
		1.232.232

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros relativos as parcelas registradas (ocorridos e a ocorrer).

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Operadora sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prefixados.....	69,8%	28,9%
Inflação (IPCA/IGPM).....	25,2%	26,3%
Pós-fixados (SELIC/CDI).....	5,0%	44,8%

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido. Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(49.534)
	+ 25 b.p.	(25.754)
Índices de preços	+10 b.p.	(10.552)
	- 10 b.p.	10.552
	- 25 b.p.	25.754
	- 50 b.p.	49.534
	+ 50 b.p.	(12.838)
	+ 25 b.p.	(6.607)
Juros pré-fixados	+10 b.p.	(2.688)
	- 10 b.p.	2.688
	- 25 b.p.	6.607
	- 50 b.p.	12.838
	+ 50 b.p.	(1.747)
	+ 25 b.p.	(1.456)
Juros pós-fixados	+ 10 b.p.	(1.165)
	- 10 b.p.	1.165
	- 25 b.p.	1.456
	- 50 b.p.	1.747

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.
(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Operadora os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Operadora possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Operadora já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Operadora, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de risco geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Operadora, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.5 RISCOS DE SUBSCRIÇÃO

A Operadora atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. As principais categorias de risco monitoradas são as seguintes:

Risco de contraprestação/prêmio: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência das contraprestações/prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados.

Risco de provisão: é aquele gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente ao dispêndio financeiro com o pagamento das obrigações perante os segurados.

Risco de aceitação: é aquele gerado a partir das regras e procedimentos inadequados para a aceitação de riscos.

Risco de práticas de eventos indenizáveis/sinistros: é aquele gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

O principal risco da Operadora está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias). Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Premissas atuariais		
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.....	(49.289)	(22.593)
Sinistros - aumento de 50,0%	(67.637)	(39.116)

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios , Resolução Normativa ANS nº 569/22, e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas operadoras, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital. Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade. O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	2.238.068	1.683.374
Despesas diferidas	(1.064.655)	(699.215)
Intangível	(80.157)	(68.221)
Despesas antecipadas	(1.389)	(1.666)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.091.867	914.272
Capital base (I)	12.328	11.702
Capital baseado em risco (II) (*)	1.058.839	850.367
Capital regulatório (maior entre I e II)	1.058.839	850.367
Suficiência de capital (**)	33.028	63.905

(*) Foi aprovada pela ANS a partir do 2º trimestre de 2023 a utilização de fatores reduzidos para o cálculo do Capital Regulatório, uma vez que a Operadora está em conformidade com todos os requisitos constantes no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 518/2022.

(**) A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela ANS. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição.

7. DISPONÍVEL

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	357.572	258.817
Depósitos bancários	34.525	34.981
	392.097	293.798

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024	
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Total
Fundos exclusivos					
LFTs	107.444	–	107.444	724.507	724.507
LTNs	829.228	–	829.228	–	–
Cotas de fundos	1.752	–	1.752	–	–
Outros	–	129	129	–	–
Total - circulante	938.424	129	938.553	724.507	724.507
Aplicações financeiras em garantia			820.949		463.645
Aplicações financeiras livres			117.604		260.862

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 1
Fundos exclusivos		
NTN-B	539.593	425.168
LTNs	309.408	208.016
Debêntures	2	–
Total	849.003	633.184
Circulante	246.763	–
Não circulante	602.240	633.184
Aplicações financeiras em garantia	848.956	633.184
Aplicações financeiras livres	47	–

O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 825.846 (R\$ 598.056 em 31 de dezembro de 2024).

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	1.651.489	896.334
Aplicações	4.107.169	2.930.439
Resgates	(3.834.969)	(2.303.738)
Rendimentos	255.964	128.454
Saldo final	2.179.653	1.651.489

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como disponível.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

A Operadora possui saldo de aplicações financeiras classificados no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para garantia das provisões técnicas, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Ativo circulante (*)	2.968.144	2.041.656
Passivo circulante	2.147.134	1.585.196
Índice de liquidez corrente	1,38	1,29

(*) Total do ativo circulante, somando aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados no longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

9. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

9.1 CONTRAPRESTAÇÕES/PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AO PRAZO DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Prêmios a receber - provisão para perdas líquido	Prêmios a receber - provisão para perdas líquido
A vencer	31.391 (298)	31.093 (42)
Vencidos de		
1 a 30 dias	42.454 (9.337)	33.117 (991)
Vencidos de		
31 a 60 dias	12.637 (8.202)	4.435 (629)
Vencidos de		
61 a 90 dias	9.639 (8.186)	1.453 (573)
Vencidos de		
91 a 120 dias	8.796 (8.019)	777 (840)
Vencidos de		
121 a 180 dias	8.524 (8.327)	197 (1.594)
Vencidos de		
181 a 365 dias	1.450 (1.414)	36 (2.742)
	114.891 (43.783)	71.108 93.674 (7.411)

10. DESPESAS DIFERIDAS

O saldo de despesas de comissões diferidas apresentou a seguinte movimentação:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	699.215	483.667
Constituição	788.466	578.952
Apropriação para despesa	(423.026)	(363.404)
Saldo final	1.064.655	699.215
Circulante	360.359	166.570
Não circulante	704.296	532.645

O prazo médio de amortização é de 53 meses para saúde e 33 meses para odonto.

11. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Indenização de sinistros	132.714	41.112
Contas a receber - Fundação Itaú	39.525	37.191
Adiantamentos para despesas e outros créditos	37.036	44.196
Transações com partes relacionadas (*)	7.980	2.682
	217.255	125.181

(*) Vide nota explicativa nº 25.

16. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Provisão de Prêmios e Contraprestações Não Ganhas	Provisão para Remissão
Saldo Inicial	236.504	6.756
Constituições decorrentes de prêmios/contraprestações	8.173.214	14.656
Amortização pela vigência decorrida	(8.131.154)	(12.893)
Aviso de sinistros/eventos	–	–
Atualização monetária e juros	–	–
Pagamento de sinistros/eventos	–	–
Constituições de provisões	–	–
Reversões de provisões	–	–
	278.564	8.519

Circulante	
Não circulante	

12. TRIBUTOS

12.1 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ e CSLL diferidos (*)	162.354	160.795
IRPJ	79.268	1.295
CSLL	46.328	22
Outros	1.115	953
	289.065	163.065
Circulante	126.711	2.270
Não circulante	162.354	160.795

(*) Vide nota explicativa nº 12.2.1.

12.2 TRIBUTOS DIFERIDOS

12.2.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
Diferenças temporárias decorrentes de:				
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	50.673	26.392	(9.429)	67.636
Provisão de participação de lucros	326	58.267	(21.615)	36.978
Provisão para obrigações legais	91.326	8.882	(74.441)	25.767
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	9.650	11.805	(8.734)	12.721
Provisão para riscos de créditos	4.688	20.346	(12.890)	12.144
Lei do Bem	–	8.352	(8.352)	–
Outras provisões	4.132	9.282	(6.306)	7.108
	160.795	143.326	(141.767)	162.354

12.2.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em ..	121.975	34.254	3.507	371	333	277	246	1.391	162.354

12.2.3 PASSIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	20.268	11.908	(5.122)	27.054
Outros	699	257	(100)	856
	20.967	12.165	(5.222)	27.910

12.3 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado após participação nos resultados, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	963.911	576.896
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(385.564)	(230.758)
Juros sobre capital próprio	123.999	–
Doações/incentivos	11.927	9.183
Depósitos judiciais	4.752	3.826
Inovação tecnológica	1.954	2.692
Participação nos lucros - administradores	(15.628)	(7.951)
Outros	(226)	(5.228)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	126.778	2.522
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(258.786)	(228.236)
Taxa efetiva (D/A)	26,8%	39,6%

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS (*)	205.074	194.515
PIS (*)	29.506	28.027
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	7.423	1.152
Sinistros	–	293
Outros	1.535	3.292
	243.538	227.279

(*) Vide nota explicativa nº 18.1(a).

14. IMOBILIZADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Depreciação acumulada líquido	Depreciação acumulada líquido
Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Custo
Edificações (*) ..	2% 464.353 (35.337)	429.016 450.928 (26.701)
Terrenos	– 99.184	– 99.184
Veículos	10% 370 (259)	111 370 (185)
	563.907 (35.596)	528.311 (26.886)

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

14.1 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Aquisições	Despesas de depreciação	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
Edificações	424.227	16.307	(8.984)	429.016
Terrenos	90.903	9.131	– (850)	99.184
Veículos	185	– (74)	–	111
	515.315	25.438	(9.058)	528.311

15. INTANGÍVEL

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Amortização acumulada líquido	Amortização acumulada líquido
Taxas amortização (% a.a.)	Custo	Custo
"Software" 6,57 a 20,0	135.299 (55.142)	80.157 118.934 (50.713)
	135.299 (55.142)	80.157 118.934 (50.713)

15.1 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

|--|

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como conclusão do TAP realizado na data-base de 31 de dezembro de 2025, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Operadora (vide nota explicativa nº 3.6)

16.1 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R\$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos:

Bruto de resseguro Administrativo e Judicial - avisados	Dezembro										
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Montante de sinistros avisados até a data-base.....	770	843	978	1.122	1.127	1.596	2.270	2.992	4.263	6.131	
Dois anos mais tarde	861	954	1.073	1.240	1.269	1.809	2.546	3.423	4.799	–	
Três anos mais tarde	864	958	1.076	1.240	1.269	1.810	2.558	3.425	–	–	
Quatro anos mais tarde	865	958	1.076	1.240	1.269	1.815	2.558	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	865	958	1.076	1.240	1.270	1.816	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	865	958	1.076	1.241	1.270	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	865	958	1.076	1.241	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	865	958	1.076	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	865	958	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	865	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Total
Movimentações	865	958	1.076	1.241	1.270	1.816	2.558	3.425	4.799	6.131	24.139
Bruto de resseguro Administrativo e Judicial - pagos	Dezembro										
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Montante de sinistros pagos até a data-base	716	779	905	1.030	1.022	1.439	2.058	2.645	3.798	4.700	
Dois anos mais tarde	861	954	1.073	1.239	1.267	1.808	2.545	3.410	4.779	–	
Três anos mais tarde	864	958	1.076	1.240	1.269	1.810	2.557	3.421	–	–	
Quatro anos mais tarde	865	958	1.076	1.240	1.269	1.815	2.558	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	865	958	1.076	1.240	1.270	1.816	–	–	–	–	
Seis anos mais tarde	865	958	1.076	1.241	1.270	–	–	–	–	–	
Sete anos mais tarde	865	958	1.076	1.241	–	–	–	–	–	–	
Oito anos mais tarde	865	958	1.076	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos mais tarde	865	958	–	–	–	–	–	–	–	–	
Dez anos mais tarde	865	–	–	–	–	–	–	–	–	–	Total
Pagamentos	865	958	1.076	1.241	1.270	1.816	2.558	3.421	4.779	4.700	22.684
Passivo em 31 de dezembro de 2025	–	–	–	–	–	–	–	–	4	20	1.431
											1.455
											Provisão de sinistros
											1.455

17. DÉBITOS DIVERSOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros a pagar	102.795	37.909
Débitos a pagar	97.346	16.132
Transações com partes relacionadas (i).....	24.385	16.031
Encargos trabalhistas	11.523	10.074
Benefícios pós emprego (ii).....	7.807	5.643
Dividendos	–	82.807
Outros.....	83	38
	243.939	168.634
Circulante	236.132	162.990
Não circulante.....	7.807	5.644

(i) Vide nota explicativa nº 25.
(ii) Vide nota explicativa nº 24.2.

18. PROVISÕES JUDICIAIS

18.1 PROVÁVEIS

A Operadora é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a).....	230.040	223.329
Cíveis.....	30.807	23.650
Trabalhistas	997	475
	261.844	247.454

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS (i).....	200.534	190.276
PIS (ii).....	29.506	28.027
Outros (iii).....	–	5.026
	230.040	223.329

(i) COFINS

A Operadora discute a exigibilidade da contribuição ao COFINS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Operadora, aguarda-se a decisão no Recurso Extraordinário 609.096.

(ii) PIS

A Operadora discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Operadora, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário 609.096.

(iii) OUTROS

O saldo refere-se principalmente a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios. Em novembro de 2025, o depósito foi convertido em renda, tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável à empresa.

18.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024 ...	223.329	475	23.650	247.454
Constituições	1.684	168	28.033	29.885
Êxito/reversões	–	710	(6.255)	(11.889)
Pagamentos.....	–	(418)	(14.168)	(14.586)
Atualização monetária.....	11.371	62	(453)	10.980
Saldo em 31 de dezembro de 2025 ...	230.040	997	30.807	261.844
Quantidade de processos.....	7	9	2.502	2.518

18.2 POSSÍVEIS

A Operadora é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (i)	45.533	36.398
Cíveis.....	19.236	8.926
Trabalhistas	25	15
	64.794	45.339

(i) FISCAIS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 41.592 (R\$ 27.017 de possível impacto no lucro líquido).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 1.514.243, divididos em 40.457.054 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 1.282.243 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 36.287.351 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas no exercício de 2025 foram as seguintes:

Capital Social	Quantidade de Ações
30 de junho de 2025.....	81.000
31 de julho de 2025.....	5.000
29 de agosto de 2025.....	16.000
29 de dezembro de 2025 (i)	130.000
Total	232.000

(i) Aumento de capital realizado com integralização de JCP.

(b) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Seu saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 98.958 (R\$ 63.702 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS E OUTRAS

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessas reservas será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R\$ 626.092 (R\$ 337.733 em 31 de dezembro de 2024).

(c) DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício.....	705.125	348.660
(–) Reserva legal - 5%	(35.256)	(17.433)
Lucro básico para determinação do dividendo	669.869	331.227
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	167.467	82.807
JCP distribuído - líquido (*) (a)	121.559	–
Dividendos distribuídos (b)	50.000	–
Total de dividendos e JCP distribuídos (a) + (b)	171.559	82.807
Total por ação (R\$)	4,6119	2,5701
Quantidade de ações	37.199	32.220
(*) Os valores de JCP distribuídos estão apresentados líquido de imposto (15% de IR).		

(d) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Operadora, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

20. PRÊMIOS RETIDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saúde	7.931.883	6.197.348
Odonto.....	241.331	199.553
	8.173.214	6.396.901

21. SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS

	Consulta médica	Exames	Terapias	Inter-nações	Outros atendimentos/despesas	Procedimentos/odonto-lógicos	Dezembro de 2025
Rede contratada.....	(583.544)	(965.953)	(222.856)	(2.540.909)	(1.098.054)	(73.616)	(5.484.932)
Reembolso	(149.130)	(13.127)	(3.750)	(91.142)	(128.472)	(223)	(385.844)
	(732.674)	(979.080)	(226.606)	(2.632.051)	(1.226.526)	(73.839)	(5.870.776)
	Consulta médica	Exames	Terapias	Inter-nações	Outros atendimentos/despesas	Procedimentos/odonto-lógicos	Dezembro de 2024
Rede contratada.....	(470.449)	(756.007)	(148.698)	(1.988.086)	(854.640)	(64.549)	(4.282.429)
Reembolso	(159.717)	(20.973)	(3.253)	(91.186)	(157.455)	(179)	(432.763)
	(630.166)	(776.980)	(151.951)	(2.079.272)	(1.012.095)	(64.728)	(4.715.192)

21.1 SINISTROS - TIPO DE COBERTURA

	Carteira própria (Beneficiários da operadora)	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cobertura assistencial com preço preestabelecido.....	5.773.894	4.629.715
Planos coletivos empresariais depois da Lei (Odonto)	90.087	77.243
Cobertura assistencial com preço pós-estabelecido....	4.911	6.257
Planos coletivos por adesão depois da Lei (Odonto) ...	1.884	1.977
	5.870.776	4.715.192

22. DESPESA ADMINISTRATIVA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Pessoal.....	(182.694)	(140.505)
Despesas compartilhadas (*)	(133.836)	(113.211)
Serviços de terceiros.....	(73.943)	(58.312)
Localização e funcionamento	(27.982)	(22.738)
Outros.....	(23.637)	(8.006)
	(442.090)	(342.772)

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum do Grupo Porto, o detalhamento está demonstrado na NE 25.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiros	255.966	129.398
Descontos obtidos	15.416	–
Variações monetárias dos depósitos judiciais	14.995	9.503
Variações monetárias das contingências cíveis e trabalhistas	7.294	1.281
Outras.....	27.015	15.404
Total de receitas financeiras	320.686	155.592
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo.....	(11.523)	(9.582)
Indenizações por vacância - Fundo de Investimento	(9.498)	(12.642)
Variações monetárias das contingências cíveis e trabalhistas	(9.070)	(1.252)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda.....	(2)	(944)
Outras.....	(4.539)	(1.793)
Total de despesas financeiras.....	(34.632)	(26.213)
Resultado financeiro	286.054	129.379

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

24.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 386 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R\$ 2.092 em 31 de dezembro de 2025.

24.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício ...	5.643	6.350
Custo dos benefícios	311	364
Custo de juros	808	641
Benefícios pagos	(488)	(1.315)
Ganho atuarial sobre a obrigação	1.409	(1.070)
Outros.....	124	673
Saldo final do passivo.....	7.807	5.643

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.).....	7,62%	7,74%
Taxa de crescimento salarial (a.a.).....	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,17%	4,10%
Inflação médica (a.a.).....	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17%	4,10%

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Operadora e suas ligadas são a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas

Porto Seguro – Seguro Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 04.540.010/0001-70

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 8º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE		26. RESULTADO POR AÇÃO		Dezembro	Dezembro
As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:		O resultado por ação básico da Operadora é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício. A Operadora não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:		<u>de 2025</u>	<u>de 2024</u>
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024			
Participação nos lucros - administradores.....	(39.987)	(25.713)	Resultado aos acionistas da Operadora	705.125	348.660
Honorários de diretoria e encargos	(6.276)	(6.711)	Média ponderada do número de ações durante o exercício....	<u>37.199</u>	<u>32.220</u>
	(46.263)	(32.424)	Resultado por ação básico e diluído	18,9555	10,8212

DIRETORIA			
SAMI FOGUEL Diretor Presidente	CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Executiva Jurídica	EMILIO BENTANCOURT Diretor Executivo de Riscos e Governança
RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	HAMILTON APARECIDO CARDOMINGO Diretor de Operações	LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA Diretor de Produto	PATRÍCIA QUIRICO COIMBRA Diretora de Gente e Cultura
DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. São Paulo - SP Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com		base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança sobre as demonstrações financeiras A diretoria da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os		controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiros individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 04 de fevereiro de 2026	
				ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP034519/O Diana Yukie Naki dos Santos Contadora - CRC-SP300514/O	



Ralou? Amassou?
Não se preocupe.

A Porto Serviço Resolve!

Pequenos e médios
reparos sem usar sua
apólice de seguro.

> Reparar <



- ✓ Preço competitivo
- ✓ Garantia e qualidade Porto
- ✓ Processo simples e 100% digital



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>